

A GEOPOLÍTICA NO PÓS-GUERRA

Heiji Tanaka*

TANAKA, H.; A geopolítica no pós-guerra. *Akrópolis*, 13(3): 157-164, jul./set., 2005.

RESUMO: O final da Segunda Guerra Mundial completa sessenta anos. Em poucos momentos na história se assistiu a um espetáculo tão grandioso de destruição e morte. Igualmente, em poucos momentos na história, um novo futuro parecia florescer dos escombros da Guerra, um futuro carregado de promessas e esperanças. E, em nenhuma outra época, pôde-se ver tamanha transformação social, política, econômica e cultural em praticamente todo o mundo – com conseqüências inimagináveis para aqueles que viveram o período pré-Guerra. O presente trabalho tenta rastrear algumas dessas transformações que marcaram o mundo nessa segunda metade do século 20.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Fria, Estado do Bem-Estar Social, keynesianismo, neoliberalismo.

THE GEOPOLITICS AFTER WAR

ABSTRACT: The end of the Second World War was 60 years ago. In few moments in history, there was such a huge spectacle of destruction and death. However, in few moments in history, there was such a beginning of the future reconstruction from the war ruins; a future full of promises and hopes. And in no other epoch in the whole world, there was such a social, political, economical and cultural transformation – with unimaginable consequences to those who live the pre-war period. The present work aims at showing some of these transformations which marked the world in this second half of the 20th century.

KEY WORDS: Cold War, Social Welfare State, keynesianism, New Liberalism.

Introdução

Foi com alívio que o mundo recebeu a notícia de que a Guerra havia terminado na Europa em maio de 1945. Berlim, a capital do nazismo, estava destruída, Hitler e seus seguidores mais fiéis haviam se suicidado, mostrando como os nazistas concebiam o mundo em sua ilimitada ambição de dominar e destruir todos os povos considerados inimigos. Nos países vencedores - e nos outros que pensavam fazer parte do clube dos vencedores -, o clima de festa e alegria tomou conta de quase toda população - se não de toda população. Mesmo Paris, humilhada com a invasão nazista em 1940, festejava aquilo que parecia ser o fim de um pesadelo. Mas um pesadelo bem real que deixou marcas profundas na sociedade francesa. O espetáculo da multidão nas ruas para comemorar, beber e cantar o retorno à vida cotidiana era comovente e parecia que havíamos recuperado o sentimento de fraternidade sufocado pelos horrores da Guerra. Quando se imagina ter visto pessoalmente as profundezas do inferno, mesmo a vida mais prosaica na terra pode parecer o paraíso prometido.

No entanto, em especial para as pessoas comuns, todo clima de alegria e confraternização deve ceder lugar, mais cedo ou mais tarde, à implacável realidade de nossas vidas. E começamos, então, a perceber, mais claramente, o mundo real que emergia dos escombros da Guerra. Podemos apontar quatro aspectos, todos igualmente importantes, que ressaltam, de forma decisiva, essa nova realidade.

As transformações do pós-Guerra

O primeiro aspecto que salta aos olhos é o enfraquecimento geral das antigas potências européias. Castigada por duas guerras no espaço de uma geração, a Europa viu as suas forças se esgotarem em meio à destruição que ela mesma havia provocado. A Alemanha foi o país mais castigado pela Guerra, sofrimento esse ampliado pela

insanidade dos nazistas. Ao final da Guerra, a Alemanha estava completamente destruída, o outrora maior parque industrial do continente teria que ser reconstruído a partir das cinzas deixadas pelas bombas dos aliados que colocaram abaixo as principais cidades do país. Mas não apenas a Alemanha sofreu com a destruição provocada pela Guerra. A França também se encontrava arrasada, não apenas material e economicamente, como também moralmente. O país foi atingido mortalmente duas vezes: a primeira, quando se ajoelhou de forma humilhante diante dos invasores nazistas sem oferecer a resistência da qual os franceses se orgulhavam antes de começar a Guerra. O desfile do exército nazista diante do Arco do Triunfo, assistido por um orgulhoso Hitler, constituiu a suprema humilhação para qualquer francês partidário da liberdade. A segunda, ao final da Guerra, com as manchas deixadas pelo colaboracionismo, que espalhavam suspeitas e condenações por todos os lados. O marechal Pétain, herói da Primeira Guerra, foi julgado como traidor após a Segunda Guerra, e acabou sendo condenado à pena capital. Mesmo a Grã-Bretanha, orgulhosa do seu grande império que ocupava 3/5 das terras do planeta, viu o seu poder econômico e militar cada vez mais enfraquecido. Rapidamente, foi perdendo as suas antigas colônias, e assistiu, impotente, a libra esterlina ser substituída pelo fortalecido dólar americano como meio de pagamento nas transações internacionais. Pior do que nunca ter sido uma grande potência, talvez seja presenciar a própria decadência sem poder alterar a trajetória dos acontecimentos.

O segundo aspecto marcante da nova realidade do pós-guerra, era a consolidação do poder dos EUA no cenário mundial. Apegados a uma política voltada à hegemonia no continente americano, acanhados quanto aos assuntos europeus, os EUA se viram, desde o final da Primeira Guerra, alçados à posição de fiel da balança nos assuntos internacionais. Mesmo assim, ocupados com os desdobramentos da Crise de 1929, os EUA se mantiveram neutros na Guerra até fins de 1941, quando foram atacados

*Professor de História - Universidade Paranaense - UNIPAR - Umuarama - Paraná

pelos japoneses no Hawái. Geograficamente distantes do palco dos combates, contando com recursos naturais e fontes de energia quase inesgotáveis, os americanos puderam enfrentar os longos anos de luta praticamente sem serem atingidos militarmente, pois Pearl Harbor era uma base naval e não um centro urbano. Na duas vezes que os EUA entraram em guerra na Europa, a sua participação foi decisiva para determinar os seus resultados. Ao fim da Segunda Guerra, em função da nova configuração geopolítica que o mundo estava tomando, os americanos não puderam retomar a sua prática isolacionista - como havia caracterizado a sua política externa no passado. Assim, o país tomou para si a responsabilidade de influenciar os acontecimentos em todas as partes do mundo.

Num primeiro momento, os EUA trataram de garantir a sua presença e influência nos países da Europa Ocidental, devastados pela Guerra e incapazes de proporcionar a garantia de suas próprias fronteiras. Num segundo momento, tratou de estender a sua influência no extremo oriente, onde travou uma guerra particular e desmedidamente sangrenta, praticamente sozinhos, contra os japoneses. Após a vitória proporcionada pelos efeitos das duas bombas atômicas lançadas em agosto de 1945 sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, os americanos ocuparam o Japão, reorganizaram a sua economia, criaram um regime de governo parlamentar até então inexistente e, ainda, trataram de montar todo o sistema de Defesa da ilha, considerada, a partir de agora, um aliado estratégico dos EUA no novo contexto militar. Dessa forma, os EUA passaram a ser reconhecidamente uma potência mundial.

Em terceiro lugar, temos que mencionar a emergência da URSS no cenário internacional, posando como grande potência também vencedora da Guerra, e que, por isso, deveria interferir de forma mais decisiva nos acontecimentos do pós-guerra. No início do século XX, a então Rússia parecia estar condenada ao atraso político e econômico, dominada por um governo autocrático e por uma nobreza parasitária, proprietária de terras, que ostentava o seu luxo ao custo da exploração do trabalho de milhões de camponeses miseráveis. É verdade que a participação da Rússia na Primeira Guerra não foi tão vergonhosa, mas o seu desempenho, quando comparado com o desempenho das grandes potências, evidenciava uma nítida fragilidade militar do maior país em extensão territorial do planeta. Obrigada a sair da Guerra por causa da Revolução Bolchevique, em 1917, a Rússia mergulhou em quatro anos de guerra civil, finalmente vencida pelo novo regime, que impôs uma nova organização econômica e política ao país, destruído duas vezes em menos de uma década.

Mesmo em 1921, com a consolidação dos bolcheviques no poder, era difícil imaginar que a Rússia sairia de seu secular estado de letargia, acostumada aos abusos dos autocratas que ocupavam o poder, indiferentes para com as necessidades da população. O novo regime prometia a construção da nação em novas bases, buscando o progresso e a prosperidade com muito sacrifício mas com liberdade ao povo. Talvez, Stálin não tenha entendido direito essa idéia, e passou a promover a modernização do país com o sacrifício da liberdade de toda sociedade. Sob o stalinismo, a URSS irá passar por uma profunda transformação econômica, saindo da condição de país agrário e atrasado, para a condição de

segunda potência do planeta no espaço de duas décadas. Em detrimento de outros setores da economia, Stálin não poupou recursos - materiais e humanos - para fazer da URSS um país industrializado, especialmente no setor militar. A máquina de guerra soviética podia pecar pela qualidade de seus produtos, mas compensava eventuais falhas através da quantidade de equipamento e pela força e vitalidade dos seus soldados. Assim, surpreendeu todo o mundo quando se empenhou na resistência à invasão nazista ao seu território em 1941-2.

Com a moral elevada, apesar de todas as limitações, Stálin e o Alto Comando do Exército Vermelho, passaram à ofensiva, fazendo os alemães recuarem até as linhas de suas fronteiras. Como não haveria meios de negociar um acordo de paz, os soviéticos se lançaram sobre a Alemanha até chegar em Berlim, em abril de 1945. A participação soviética na frente oriental da Guerra foi decisiva, contribuindo para que, na frente ocidental, os Aliados pudessem libertar a França e também encurralar os nazistas dentro da própria Alemanha. A Guerra havia terminado, mas uma outra haveria de começar. A URSS também podia se proclamar como uma grande potência - se não mundial, ainda, ao menos na Europa e na Ásia.

Daí o quarto aspecto que será determinante na segunda metade do século XX: o advento da Guerra Fria e todos os seus desdobramentos. Habitou-se chamar de Guerra Fria, todos os movimentos empreendidos pelas duas potências fortalecidas militarmente no pós-guerra. Tanto os EUA quanto a URSS, se viram no direito de querer moldar a nova ordem internacional de acordo com os seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Como pano de fundo, havia a histórica disputa ideológica entre capitalismo e comunismo, que servia para acirrar ainda mais os ânimos dos governantes e tecnocratas que enxergavam um mundo, a partir de agora, irremediavelmente bipolarizado. A aliança estipulada pela Grã-Bretanha, EUA e URSS, para combater o nazi-fascismo na Europa, em 1943, na Conferência de Teerã, começou a ser rompida antes mesmo do final da Guerra. Em março de 1945, Winston Churchill, Franklin D. Roosevelt e Josef Stálin, reuniram-se na Conferência de Yalta (na Criméia) para rabiscar os contornos da Europa após a derrocada dos nazistas que era iminente. Ficou definido que os países libertados pelo Exército Vermelho, na frente oriental da Guerra, serviriam como países satélites da URSS, ficando preservados os interesses americanos na Europa Ocidental. A Grã-Bretanha, presente mais como observadora do que participante, consentiu com essa acomodação de interesses. Quando a Guerra se encerrou, em maio de 1945, os três países mais a França se reuniram nos arredores de Berlim na Conferência de Potsdam. Com a morte de Roosevelt, os americanos passaram a ser representados pelo Presidente Harry Truman, e a França era comandada pelo seu maior líder, Charles de Gaulle. Na Conferência, ficou decidido que a Alemanha seria ocupada pelas quatro potências vencedoras até que o país fosse reorganizado político e economicamente. Não haveria um Tratado de Versalhes que pudesse empurrar a Alemanha para uma crise que ela não suportaria enfrentar. A capital da Alemanha, Berlim, que ficava dentro da zona de ocupação da URSS, também seria dividida em quatro setores, mostrando a preocupação em não ferir as suscetibilidades dos vencedores. A Alemanha aceitou, resignadamente, todas essas disposições impostas pelos Aliados.

Em 1947, com a intenção de amenizar a crise econômica nos países que compunham o seu bloco e, conseqüentemente, diminuir as tensões sociais, os EUA lançaram a iniciativa do Plano Marshall para a reconstrução da Europa e do Japão. Os empréstimos a serem feitos, todos a fundo perdido, teriam como finalidade, acelerar o processo de retomada do crescimento econômico após a Guerra, que estava ocorrendo de forma bastante lenta em todos os países. Na verdade, a intenção do Presidente Truman era combater o avanço das idéias comunistas dentro dos países da Europa Ocidental, onde um movimento operário vigoroso crescia em meio à crise econômica. A Doutrina Truman, como veio a ser denominada, generalizou essa luta contra o comunismo para todo o mundo e determinou, em grande medida, a aceleração da Guerra Fria. Isto porque, enquanto únicos detentores de armas nucleares e recursos econômicos disponíveis, os EUA pretendiam pressionar os soviéticos no sentido de não avançarem a sua influência além da linha determinada em 1945, ao mesmo tempo em que procuravam mostrar o capitalismo como sendo um sistema mais eficiente do que o comunismo.

A resposta soviética a toda essa pressão, veio com o bloqueio a Berlim, isolando a capital dos outros setores de ocupação. A URSS imaginava que, talvez, pudesse obrigar a retirada dos soldados americanos, franceses e britânicos de dentro de sua zona de ocupação, mostrando, também, uma certa firmeza em seus propósitos militares e estratégicos. No entanto, a resposta americana surpreendeu a todos os analistas: numa operação ousada, os EUA mantiveram o abastecimento de Berlim através do estabelecimento de uma ponte aérea gigantesca, que chegou a realizar mil pousos num único dia. Os russos tiveram que recuar na sua idéia de colidir de frente com aquela que já podia se mostrar como a maior força militar do planeta. Porém, em 1949, a URSS também conseguiu testar, pela primeira vez, a sua própria bomba atômica e pôde, finalmente, passar a conversar em pé de igualdade com os EUA. O resultado foi a imposição da URSS, com a anuência dos Aliados, de dividir a Alemanha em duas partes, assim como a sua capital. A construção do Muro de Berlim, em 1961, foi apenas o ponto culminante da escalada irracionalidade da nova ordem internacional que iria ser desenhada ao longo das décadas de 50 e 60, não apenas na Europa, mas também na África e na Ásia onde operava um rápido e grandioso processo de descolonização das antigas áreas dominadas pelas principais potências européias. A Guerra Fria começava a determinar os rumos de como seria o mundo nas décadas subseqüentes.

A corrida armamentista

Ao longo dos anos, a corrida armamentista não ficou restrita ao âmbito europeu. Ela se espalhou rapidamente por todos os pontos do planeta, englobando o Oriente Médio, a América Latina, a Ásia e os vários territórios africanos que estavam passando por um processo de descolonização. Ou seja, onde quer que os interesses estratégicos, ou pretensamente estratégicos das potências estivessem em jogo, ocorreria uma intervenção - direta ou indireta - dos EUA e da URSS. Até a China será responsável por intervenções locais no contexto da Guerra Fria, como ocorreu na Coreia e, mais nitidamente, na Indochina. Todos esses lugares serão palcos, quando não

laboratórios, para as potências exercitarem as suas forças e a introdução de novos armamentos que alimentava, numa lógica e absurda a corrida entre as duas forças mundiais.

“Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de gerais e intelectuais nucleares cuja profissão exigiam que não percebessem essa insanidade. Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de ‘complexo industrial-militar’, ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra”. (HOBBSAWM: 1995, p. 223)

Nesse clima paranóico em busca do domínio planetário, nem mesmo o espaço sideral ficou de fora. Na segunda metade da década de 50, as duas potências iniciaram a corrida para a conquista do espaço que será intensificada na década seguinte. Nessa corrida, os soviéticos saíram na frente. Em 1957, a URSS colocou o primeiro satélite artificial no espaço, o *Sputnik*; em 1961, realizaram a suprema façanha de colocar o primeiro homem na órbita do planeta. Os americanos olhavam assustados para todas aquelas realizações do inimigo. Nos anos 60, o Presidente John Kennedy estabeleceu a prioridade do Programa Espacial americano no sentido de chegar à Lua antes dos soviéticos. Os EUA não pouparam recursos para realizar tal tarefa, independentemente dos benefícios que esse empreendimento pudesse trazer à humanidade. O Projeto Apolo culminou com a chegada dos americanos à Lua em 20 de julho de 1969, realizando o objetivo traçado pelo governo e recuperando, um pouco, o orgulho nacional. Na época, pensava-se que a conquista da Lua seria o primeiro passo para construir bases no espaço e, quem sabe, chegar a outros planetas. Viagens interplanetárias eram concebidas como sendo realizáveis num curto espaço de tempo. Se havíamos chegado à Lua, não haveria muitos obstáculos para que chegássemos mais longe ainda. Por isso, não é de se surpreender a proliferação de revistas, programas de televisão e filmes de ficção científica, que falavam no encontro com outras formas de vida em outros planetas, ataques alienígenas ao nosso planeta e coisas do mesmo gênero. Caso a civilização fosse destruída, ou fosse obrigada a regredir à Idade da Pedra, em função de uma guerra nuclear, havia a esperança de que muito da nossa herança poderia ser preservada pelos privilegiados que continuariam a nossa obra em algum lugar do espaço.

A construção do Estado do Bem-Estar Social

Apesar do advento da Era Nuclear e toda apreensão gerada pela ameaça do uso indiscriminado de bombas atômicas, o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe um clima de otimismo para vários povos. Afinal de contas, o fim da Guerra representava a vitória da Liberdade e da Democracia contra as formas de tiranias representadas pelos governos nazi-fascistas e militaristas da Itália, Alemanha e do Japão. O pós-guerra, nesse sentido, será uma época de otimismo, onde a humanidade poderia encarar o seu futuro com alguma perspectiva positiva a curto e médio prazos. Mesmo com a insegurança provocada pela ameaça de uma Terceira Guerra, o efeito dissuasivo dos artefatos nucleares parecia garantir uma certa necessidade de prudência por parte dos homens

que governavam os destinos das grandes potências. Assim, a promessa da Primeira Guerra, de que seria a última guerra na Europa, parecia ter se concretizado com a Segunda, até porque as forças do continente pareciam, irremediavelmente, exauridas. Uma nova guerra não ocorreria, pelo simples fato de não haver mais força e disposição para isso, apesar dos ressentimentos que ainda pudessem pairar sobre algumas parcelas da população. Parecia que, ao menos na Europa, a época que se iniciava era no sentido da pacificação dos instintos mais agressivos que marcaram o seu passado desde tempos imemoriais. Olhando retrospectivamente, parece que essas expectativas se tornaram realidade.

Talvez, esse otimismo generalizado estivesse ligado, em grande medida, ao fato de que a Guerra havia deixado um imenso rastro de sofrimento e destruição para toda uma geração. Havia muito a ser feito, no sentido de reconstruir a nação e a vida das pessoas tomadas individualmente. Mas deve-se, também, à maneira como os governos e os agentes sociais resolveram encaminhar os recursos e os esforços de reconstrução nacional numa determinada direção, abrindo caminho para uma das experiências mais inovadoras na história da humanidade. Grande parte desse otimismo reinante no pós-guerra, se devia à confiança de que o mundo a ser reconstruído seria, com certeza, melhor do que aquele que existia anteriormente. Os homens, quando crentes em um objetivo, tendem a suportar todos os esforços, vencendo as suas próprias limitações individuais e obtendo resultados surpreendentes historicamente. Através da conjugação de todo esse esforço coletivo é que será possível reconstruir o mundo e as vidas destruídas por uma guerra tão prolongada.

As idéias que direcionaram a recomposição da economia americana e a reconstrução da Europa no pós-guerra não eram de todo novas, mas eram bastante inovadoras no contexto do capitalismo. Essas idéias derivavam, em sua totalidade, dos trabalhos do economista John Maynard Keynes, desenvolvidos ao longo da década de 30 como resposta à Crise de 1929, decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. A Crise de 1929 trouxe consigo uma onda de falências e desemprego que atingiu não apenas os EUA como também o restante do mundo capitalista. No auge do capitalismo liberal, os economistas e governantes acreditavam, piamente, que a crise seria superada rapidamente com a acomodação do mercado. Mas não foi isso que aconteceu. Até a eleição de Franklin D. Roosevelt, em fins de 1932, o governo americano não se preocupou em enfrentar os efeitos devastadores da crise, visto que não cometeria a heresia de intervir nos assuntos econômicos sob o risco de aumentar ainda mais os seus desdobramentos. Somente a partir de 1933, é que Roosevelt irá promover algumas mudanças no comportamento do governo através da adoção do New Deal - uma nova direção para a economia.

As idéias de Keynes estavam voltadas no sentido de impor uma intervenção localizada do governo na economia a fim de dirimir os efeitos nocivos da crise econômica. A intenção, como se dizia na época, era oferecer uma face mais humana ao capitalismo, desvirtuado pelas idéias liberais clássicas que acreditavam somente na mão invisível do mercado. Ficou famosa a réplica de Keynes aos economistas liberais que pregavam que, a longo prazo, o mercado encontraria novamente o seu ponto de equilíbrio: “No longo prazo, estaremos todos mortos”. É com essa perspectiva

que, segundo Keynes, o poder público poderia amenizar os sofrimentos dos mais atingidos pelo desemprego e pela pobreza, através de uma política de investimentos que pudesse recuperar, num primeiro momento, a confiança dos agentes na economia do país. Assim é que será colocada em andamento uma política de geração de empregos, com obras de infra-estrutura, como a construção e manutenção de rodovias e ferrovias, de casas para as camadas populares, de hospitais em regiões mais carentes e de escolas nos bairros das várias cidades. Ao mesmo tempo, o governo poderia abrir linhas especiais de crédito para agricultores e empresários com o intuito de reativar a produção. Não se tratava de uma intervenção total na economia, mas tão somente sinalizar com a possibilidade de recuperar o sistema produtivo debilitado com a crise de desconfiança generalizada.

Através de investimentos que buscassem a geração de empregos, os trabalhadores poderiam obter uma renda para si mesmos, o que movimentaria toda economia. De acordo com Keynes, através do aumento da renda global, ocorreria o aumento do consumo, estimulando a retomada da produção, que geraria mais empregos no interior da sociedade. A partir de um certo momento, o poder público poderia se retirar como agente essencial de promoção de investimentos, pois o seu papel fundamental, que era o de restabelecer a confiança dos agentes econômicos, estaria consumado. O medo de que a intervenção do Estado pudesse ser exagerada estaria facilmente afastada a partir desse momento e, dali por diante, o Estado poderia retornar ao seu papel tradicional no contexto da economia capitalista. A esse processo de retomada do crescimento econômico através da geração de empregos, Keynes cunhou a singela expressão “efeito multiplicador da renda”, proporcionando um meio termo entre o controle estatal da economia nos moldes do comunismo soviético e a liberdade econômica sem freios do liberalismo clássico que havia empurrado a economia mundial para aquele estado de coisas. Com a escalada da Segunda Guerra e a entrada do país no conflito, a exigência em se aumentar a produção para abastecer os seus aliados na Europa, fez com que as idéias de Keynes se condensassem numa verdade revelada para os americanos.

Mas, mesmo com o fim da Guerra, o keynesianismo não foi abandonado. Muito pelo contrário. Uma intervenção moderada do Estado na economia passou a ser encarada como um fator positivo e, até, como um fator de equilíbrio, corrigindo eventuais falhas do mercado - até então visto como o único regulador da economia. No pós-guerra, as idéias de Keynes foram introduzidas, intensivamente, nos países da Europa Ocidental, viabilizando a reconstrução econômica desses países, acelerando a retomada do crescimento e promovendo uma verdadeira revolução no interior do sistema capitalista. Os órgãos multilaterais que proliferaram a partir de então, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, posteriormente, o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), apontavam para uma crescente importância dos governos nacionais na condução da economia interna e externa. As empresas respondiam aos investimentos com a maximização da produção, geração de mais empregos e contínuos aumentos de produtividade via desenvolvimento tecnológico. Nos anos 50, as economias capitalistas européias e japonesa já davam sinais inequívocos de recuperação, possíveis, em larga medida, por causa da

política intervencionista inspirada em Keynes, exportada a partir dos EUA através do Plano Marshall e a influência direta dos americanos na formulação de políticas econômicas nos vários países que passavam por uma espécie de *ocupação* - no sentido econômico e militar.

Dessa maneira, ao clima de vitória da liberdade na Guerra se somou um período de prosperidade para vários povos, inclusive na periferia do capitalismo, justificando o exagerado otimismo da época apesar de todos os problemas relacionados à expansão da Guerra Fria mundo afora. No futuro, esse período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra será chamado, apropriadamente, de “a Era de Ouro do capitalismo”, por Eric Hobsbawm ou, na expressão de Albert Hirschman, de “os trinta anos gloriosos” (HOBSBAWM: 1995, p. 253 e HIRSCHMAN: 1996, p. 175). A idéia de que um estado de plena liberdade poderia ser compartilhado com uma prosperidade dos povos até então nunca vista, mitigava um pouco o desconforto e o desconsolo de que uma eventual guerra nuclear poderia explodir a qualquer momento em algum lugar do mundo. Ocorria uma espécie de sublimação positiva, canalizando as energias sociais para a produção, ao mesmo tempo que fazia com que as pessoas se desligassem, momentaneamente, do medo real de uma destruição completa. Viver com uma certa intensidade passava a ser visto como uma necessidade para afastar os demônios que rondavam uma sociedade que, aparentemente, se auto-iludia com uma falsa segurança de seus lares cada vez mais entupidos de artigos de consumo.

A mudança dos valores sociais

Porém, as mudanças que estavam ocorrendo no interior da sociedade não se constituíam em ilusões. Elas eram bem reais e profundas. Essas mudanças impulsionavam o crescimento econômico e eram, também, impulsionadas pelas transformações econômicas que estavam acontecendo, numa espécie de simbiose que fornecia continuamente as forças necessárias para que o movimento não cessasse. Essas mudanças, na verdade, não começaram com o keynesianismo em prática do pós-guerra. Elas começaram a ocorrer algumas décadas antes, lentamente, nos EUA e nos países da Europa Ocidental, mas tomarão uma velocidade cada vez maior nesses “trinta anos dourados” do capitalismo pós-1945.

Para efeito de sistematização, poderíamos apontar três tendências que já vinham ocorrendo em alguns países do mundo e irão se consolidar nos anos 50 e 60. O acentuado desenvolvimento dessas tendências irá determinar, em grande medida, o direcionamento dado pelos governos para enfrentar os novos problemas decorrentes dessas transformações que se encontravam em curso.

A primeira alteração no cenário social que gostaríamos de apontar, refere-se à distribuição da população entre campo e cidade. Historicamente, ao longo de vários séculos, o êxodo rural tem sido um fenômeno contínuo, embora lento, em várias sociedades. Com a Revolução Industrial, ocorreu um salto nesse processo, mas que atingiu apenas uma pequena parcela da população e dos países do mundo. Mesmo porque, a supremacia da população rural era tão grande, que mesmo um movimento, embora brusco, não foi capaz de atingir o desequilíbrio que havia anteriormente. No século XX, com a crescente mecanização nos países mais avançados,

o êxodo rural manteve-se em uma curva ascendente pouco acentuada. O grande salto da urbanização, mesmo nos países mais avançados, irá acontecer no período do entre-guerras (1919-39), acentuando-se ainda mais no pós-guerra. Isto porque, o esforço de reconstrução nacional atraiu um grande contingente de trabalhadores que chegavam às cidades na crença de obter melhores empregos e melhores salários, principalmente quando comparados com as condições de vida no campo. A essa crença associava-se, também, as melhores perspectivas de vida futura com o trabalho na indústria em detrimento da agricultura onde já se encontravam os sinais de esgotamento, especialmente nos EUA e nos países da Europa, onde a mecanização do trabalho no campo avançava rapidamente, forçando o êxodo rural e alimentando as crenças construídas, artificialmente ou não, de que o futuro estava nas cidades e não no campo.

No entanto, as pessoas que migram do campo para as cidades, trazem consigo outras expectativas também. Questões relativas à moradia, segurança, saúde e, principalmente, os cuidados com o futuro das novas gerações no que se refere à obtenção de empregos e salários dignos. Quando fixadas no campo, as famílias tendem a imaginar que seus filhos seguirão um destino semelhante, e permanecerão presos a terra por, pelo menos, mais uma geração. Pressionado pelo aumento da população na zona urbana, o poder público, mesmo que a contragosto, é obrigado a criar e ampliar continuamente determinados serviços a serem prestados à sociedade. Levados pela política intervencionista de Keynes, os governos vão acatando essas demandas por melhores serviços de utilidade pública, garantindo um crescente atendimento da população no que se refere à saúde, educação, habitação, transportes e segurança. Aos poucos, vai-se moldando o que viria a ser chamado de Estado do Bem-Estar Social - o *Welfare State* -, que será, sem dúvida nenhuma, a maior herança desses trinta anos dourados do capitalismo no tocante a redistribuição da renda. De certa forma, foi uma vitória da ação política sobre as forças cegas do mercado.

Daí advém a segunda grande mudança no cenário social do pós-guerra. De todos os serviços públicos que o Estado passa a oferecer, a Educação será o campo mais pressionado pela sociedade cada vez mais urbanizada que está surgindo. Isto porque, com o desenvolvimento tecnológico e a ampliação das atividades econômicas, a exigência de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada passa a ser necessária para manter os níveis de reprodução do sistema. Ao mesmo tempo, para as camadas mais pobres da sociedade, o sistema educacional passa a ser visto como um forte elemento de ascensão social através da obtenção de melhores empregos e salários. Dessa maneira, o sistema educacional passa a ter que atender a uma demanda crescente de estudantes e, simultaneamente, satisfazer, ao menos em parte, as expectativas criadas pelos pais e pelos próprios alunos.

“A explosão de números foi particularmente dramática na educação universitária, até aí tão incomum que chegava a ser demograficamente negligenciável, a não ser nos EUA. Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e instruídos, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas. Contudo, no fim da década de 1980 os estudantes eram contados aos milhões na França, República

Federal da Alemanha, Itália, Espanha, URSS (para citar apenas países europeus), isso sem falar no Brasil, Índia, México, Filipinas e, claro, EUA, que tinham sido pioneiros na educação universitária em massa". (HOBSBAWM: 1995, P. 290)

O efeito mais visível dessa política visando o bem-estar social, e também a sua herança mais positiva e duradoura, foi um rápido incremento na renda das famílias de modo indireto, aumentando o padrão de vida da população e ampliando os segmentos médios da sociedade. O surgimento de uma classe média numerosa serviu para homogeneizar não apenas as condições de vida da população, como também, para uniformizar grande parte das aspirações dos diversos grupos sociais, eliminando assim, em larga medida, as tensões sociais comuns em sociedades que convivem com grandes níveis de desigualdades. Porém, a ampliação das camadas médias contou com um fator decisivo para a sua consolidação e que deve ser considerado como a terceira grande mudança a ser apontada: a crescente participação das mulheres na vida econômica e política em diversos países.

A crescente mudança no papel das mulheres na sociedade contemporânea, remonta ao final do século XIX e começo do XX. Na Grã-Bretanha, e posteriormente na França, as mulheres reivindicavam o direito de voto e pregavam, abertamente, mudanças no comportamento social padrão imposto a elas por uma sociedade essencialmente machista em todas as esferas da sociedade. Quando da Primeira Guerra, as mulheres desempenharam um papel importante no sistema produtivo, substituindo competentemente, nas fábricas e nos escritórios os homens que eram recrutados para a frente de batalha. Com o prolongamento do confronto, as mulheres também se viram na condição de criar os seus filhos sozinhas, provendo a sua subsistência, mostrando não necessitar da presença masculina para manter a sua própria sobrevivência e também a de sua prole. Esse papel irá aumentar consideravelmente ao longo da década de 1930 e, mais ainda, durante a Segunda Guerra Mundial. As famílias de classe média, e também das camadas mais baixas, começavam a perceber a crescente importância das mulheres no cenário social, proporcionando a elas o acesso à instrução básica e, de acordo com as condições econômicas, se esforçavam para oferecer a elas também o acesso à educação universitária, como forma de direcioná-las a um futuro mais promissor. Os homens perdiam, assim, a exclusividade de determinados privilégios seculares, que mesmo as famílias mais humildes procuravam lhes reservar como parte de uma herança que a mulher estava desprovida, pois com o casamento, iria aproveitar esse legado do seu futuro marido.

Essa nova situação implicou em diversas mudanças no comportamento geral da sociedade. Com a crescente autonomia das mulheres frente aos homens, o seu papel também foi se modificando, levando a transformações no interior das casas, onde as relações familiares foram tomando, inevitavelmente, novas dimensões e diferentes configurações. Livres da opressão milenar exercida pelos homens, da dependência econômica que caracterizou a vida familiar durante séculos, as mulheres puderam se libertar do histórico papel de submissão e passividade que, por tanto tempo, caracterizou as relações familiares tradicionais. Essa nova configuração familiar, muito mais aberta e igualitária, preocupava os setores conservadores da sociedade, mas era bem vista entre os setores mais liberais, especialmente os

jovens que podiam experimentar essa nova forma de convívio através das escolas e das universidades cada vez mais abertas a presença feminina em seu interior.

Não que essa transformação da mentalidade das mulheres tenha sido um fenômeno rápido e radical. As mudanças de comportamento social e familiar foram se consolidando, na verdade, através das novas gerações de mulheres que tiveram acesso a um mundo qualitativamente diferente do de suas mães e, muito provavelmente, não gostariam de ver repetidas as suas experiências enquanto mulheres. Ao mesmo tempo, tomava uma crescente importância a opinião do grupo do qual se fazia parte, geralmente jovens de classe média que foram se habituando a novas regras de convívio e comportamento. Nesse sentido, as universidades, e todos os desdobramentos da vida universitária para o jovem, talvez tenham sido o combustível mais poderoso para as mudanças que estavam ocorrendo. A juventude passa a ser encarada não mais como uma preparação para a maturidade cheia de responsabilidades, mas como a própria realização da existência enquanto ser. A contradição entre uma sociedade eminentemente conservadora, como eram as sociedades na década de 40, com os novos valores e comportamentos não poderia ser superada de forma harmônica e suave. Os choques foram inevitáveis.

Desde os anos 50, já era visível um certo mal estar entre as velhas e as novas gerações. Os pais gostariam de reproduzir o mundo herdado de seus ancestrais, aproveitando o clima de liberdade e prosperidade, sem abrir mão dos costumes e valores mais tradicionais. Os filhos gostariam de ampliar as liberdades conquistadas e gozar as facilidades trazidas pelo rápido desenvolvimento econômico e aproveitar as benesses da sociedade afluyente, sem ter que se preocupar muito com o futuro. E liberdade tinha um significado um tanto quanto diferente para eles: não se tratava apenas de liberdade política, num sistema que se sustentava através de figuras carrancudas como Churchill, Eisenhower ou De Gaulle, mas liberdade em aproveitar a vida intensamente, especialmente as experiências amorosas e sexuais.

O modelo tomado pela juventude da classe média não incluía grandes estadistas ou coisa parecida, mas um certo James Dean, protagonista de um filme cujo título traduzido para o português sob o sugestivo nome de *Juventude transviada*, que morreu em um acidente, em 1954, aos 23 anos de idade. Nessa época, o guru dos jovens universitários no campo da Filosofia era um respeitado senhor alemão, que falava em libertação das energias libidinais como uma sublimação positiva, chamado Herbert Marcuse, autor de um livro cujo título *Eros e Civilização*, publicado originalmente em 1955 nos EUA, traduzia bem os anseios daquela juventude que também queria ser transviada. Em ambos, a idéia central presente era uma mistura de hedonismo com capitalismo, cujo resultado é difícil de prever o que seria. No campo da música, o *rock'n roll* traduzia de forma exata a despreocupação contagiante dessa época. A juventude, no hemisfério norte, parecia cada vez mais com uma massa homogênea, que sentia e pensava as mesmas coisas independentemente do lugar onde as pessoas viviam e estudavam.

No entanto, a radicalização das reivindicações e do comportamento libertário dos jovens e das mulheres viria a ocorrer somente na década de 60. Foi o seu auge e, também, como não poderia deixar de ser, o começo do seu declínio.

A década se inicia sob a égide do novo em todos os sentidos. Em 1960, é eleito Presidente dos EUA, o então senador John F. Kennedy, que contava com 43 anos, uma idade bem abaixo da média dos seus antecessores no cargo. Parecia florescer a época que os jovens ocupariam o poder e promoveriam as grandes promessas de uma vida melhor, mais livre, mais igualitária e mais ociosa. Muitos jovens, a sua maioria, eram favoráveis à campanha pela igualdade dos direitos civis dos negros, comandada pelo pastor Martin Luther King - o homem que tinha um sonho, onde os seus filhos “pudessem ter valor pelo seu caráter e não pela cor de sua pele”. Na música, as letras desinteressadas e o balanço inconseqüente de um grupo chamado *The Beatles* arrastavam multidões por onde passavam. A busca de um estado de transcendência popularizou o uso de drogas e alucinógenos cada vez mais poderosos que saíam do controle de todos. O lema era aproveitar a vida e, para os mais radicais, o grito de “sexo, drogas e *rock'n roll*”, traduzia também uma certa insatisfação com o *status quo* que eles não conseguiam modificar.

Porém, tudo o que é bom não pode durar muito. No dia 23 de novembro de 1963, durante uma viagem a Dallas, John Kennedy é brutalmente assassinado. Somente esse acontecimento já seria traumático por si mesmo, não fosse o fato de que tudo havia sido filmado por um cinegrafista e, o exato momento em que a cabeça estilhaçada do homem mais poderoso do planeta tomba para trás, passa a ser repetido incessantemente pela televisão em todos os lares americanos. A consternação é geral. Como pôde o Presidente dos EUA ser assassinado de uma maneira tão brutal numa bela tarde ensolarada enquanto desfilava num carro aberto acompanhado da primeira dama? É a resposta que muitos americanos daquela geração ainda procuram até os dias de hoje. Uma amarga decepção que irá se acentuar ainda mais com os assassinatos de Martin Luther King em 1967, aos 39 anos e a de Robert Kennedy, irmão de John Kennedy e aspirante à Presidência, em 1968, aos 43 anos de idade. A maior potência do planeta não conseguia manter viva a sua nova geração de líderes. Essa decepção deve ter aumentado ainda mais com a eleição de Richard Nixon, um genuíno conservador, para a Presidência em fins de 1968.

A crise do Bem-Estar Social

Nesse meio tempo, no entanto, outras coisas estavam ocorrendo levando à crença de que o espírito americano estava sendo corroído de dentro para fora e que levou os jovens do mundo inteiro a se sentirem estranhos naquilo que eles achavam ser o seu ninho seguro, de rebeldia e conforto, chamado *Welfare State*.

O desastre americano começou a se desenhar no ano seguinte ao assassinato de John Kennedy, quando Lyndon Johnson resolveu intervir diretamente no confronto que se prolongava na Indochina, mais especificamente no Vietnã. O aliado dos EUA, o Vietnã do Sul enfrentava a guerrilha comunista do *vietcong* apoiada pelo Norte e pela China. Vendo os seus interesses estratégicos ameaçados na região, os EUA resolveram intervir, enviando não apenas armas e consultores como também soldados. O país foi se atolando nos combates violentos que eram travados entre os comunistas e o governo de Saigon. Apesar de toda superioridade técnica e bélica, os americanos não conseguiram debelar os focos guerrilheiros,

fazendo com que a opinião pública se tornasse cada vez mais contrária à guerra, ainda mais quando cadáveres de soldados começaram a chegar aos EUA. A televisão desempenhava um papel importante na difusão do sentimento contra a guerra, transmitindo diariamente imagens dos combates, os sofrimentos da população civil e o desembarque dos corpos dos jovens soldados americanos que morriam no Vietnã sem saber direito os motivos de uma guerra tão sangrenta. Parecia que as coisas haviam perdido o seu sentido desde a Segunda Guerra. Essas imagens invadiam os lares bucólicos da classe média americana que imaginava o seu mundo invulnerável à barbárie e selvageria que envolvem, necessariamente, uma guerra.

Não tardou para que a sociedade americana se visse, literalmente, dividida em duas partes: os que eram favoráveis à guerra e os pacifistas que se recusavam a ser coniventes com tamanho ato de brutalidade. Os burocratas de plantão, chefiados pelo então Secretário de Estado americano, Robert McNamara, prometiam a vitória a qualquer custo. Em 1968, no auge da intervenção, os EUA contavam com 600 mil soldados na Indochina, uma esquadra de porta-aviões plantados em lugares próximos e uma esquadrilha de aviões bombardeiros que poderia devastar qualquer região do planeta. No entanto, mesmo com todo esse esforço de guerra, foi impossível para os americanos derrotar um inimigo que fazia de sua fragilidade a sua maior força.

O sentimento generalizado nos EUA e na Europa era que todo aquele conforto, todo clima de paz, liberdade e prosperidade, não passavam de uma ilusão. Para os jovens, os mais velhos continuavam a exercitar os seus instintos mais cruéis de agressividade e cabia a eles tomar as rédeas da história para se construir um mundo verdadeiramente livre e pacificado. Para os que não suportavam a realidade tão violenta e cruel, restava o consolo das viagens psicodélicas, das comunidades livres isoladas do restante da sociedade, onde o que governava a vida era a liberdade sexual e o uso indiscriminado das drogas. Para outros, ainda havia brechas por onde promover lutas contra o poder opressivo da sociedade. A revolução que estava para acontecer não seria a tomada do poder, mas a subversão completa dos padrões de comportamento das pessoas. Mais uma vez, quem comandava a cantilena da rebeldia dos jovens era o filósofo Herbert Marcuse.

Em 1964, Marcuse publicou *O homem unidimensional*, onde procurava dissecar os mecanismos de controle e de contenção impostos pela moderna sociedade industrial, que reprimia a realização da verdadeira felicidade em nome do bem-estar material. A sociedade industrial mantinha, segundo Marcuse, o exercício da dominação graças à conjugação entre o Estado de Bem-Estar e o Estado Beligerante - *Welfare/Warfare State* - que garantia um crescente conforto material, ao mesmo tempo que permitia a canalização das energias libidinais para a produção de artefatos capazes de sublimar a agressividade para fora da sociedade. Marcuse, muito mais do que Sartre com o seu Existencialismo um tanto quanto esnobe, atingia em cheio os sonhos e as expectativas dos jovens da década de 60, com suas idéias libertárias acerca de um reino pacificado e, sem dúvida, bastante paradisíaco.

A rebeldia estudantil atingiu o seu auge em maio de 1968, quando milhares de estudantes, marcusianos de coração, irão promover uma gigantesca revolta, iniciada em Paris, que

se espalhará por várias partes da Europa, chegando inclusive, a algumas universidades americanas. Foi a apoteose da rebeldia dos jovens que gritavam *slogans* do tipo “Faça amor, não faça guerra”, “Sejamos realistas, peçamos o impossível”, e armavam “as barricadas do desejo” nas ruas das grandes cidades da Europa e da América. Em larga medida, o sistema digeriu bem essa manifestação de *desobediência* de seus infantes e o *Establishment*, político e acadêmico, retornou, com um certo fastio à sua rotina entediante. Aos jovens, restou o consolo de sair das universidades e ir procurar emprego para garantir a sua sobrevivência, na dura batalha da realidade contra a utopia juvenil que pensava combinar conforto material e hedonismo para sempre. A vida é muito mais do que o breve período dos estudos universitários. A ressaca dos anos 70 é produto da desilusão das utopias anarquistas que prometiam um mundo pacificado, sem dor nem sofrimento. Em meio a tamanha comodidade do pensamento e do comportamento, a reação conservadora não encontrará muitos obstáculos para florescer nos meios sociais e políticos. A Academia permaneceu como a retaguarda das idéias libertárias que paralisaram, em grande parte, o debate intelectual de toda uma época, cujo maior símbolo foi a propagação da escola de pensamento denominada pós-estruturalismo e suas esquisitices intelectuais.

Em 1973, os EUA, humilhados, começam a abandonar a Indochina. A maior potência do planeta se ajoelhava diante de um povo que era tratado antes da guerra como simples “amarelos plantadores de arroz”, com um saldo de quase 60 mil soldados americanos mortos em combate. Em novembro desse mesmo ano, saídos do anonimato, os países produtores de petróleo começaram a elevar bruscamente os preços de seu único produto de exportação. Os países da OPEP haviam, finalmente, descoberto a força de barganha do petróleo. A crise energética que irá se estabelecer nas principais economias do mundo, acostumadas a comprar petróleo barato será penosa e duradoura. A partir de 1975, o Estado de Bem-Estar Social dava os primeiros sinais de esgotamento, em função do desaquecimento da economia, da elevação dos preços das fontes de energia, da alta da inflação e da recessão econômica que se instalava silenciosamente.

Conclusão

Os trinta anos dourados do capitalismo chegavam ao seu final, apesar de muitos não terem percebido isso de imediato. Mais alguns anos, e o mundo todo irá sentir os efeitos mais duradouros daquilo que os economistas irão denominar de “*estagflação*” - estagnação econômica combinada com a alta da inflação num fenômeno até então pouco conhecido. A partir da década de 80, começou a reinar uma época de melancolia marcada pela prolongada crise econômica e a perda de referenciais que até então haviam norteado as ações da sociedade. Mas, isso se constitui num outro capítulo da nossa história mais recente que ainda está se desenrolando na atualidade.

Referências

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- GALBRAITH, J. K. **A sociedade justa**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOTTMAN, H. **A rive gauche**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MERQUIOR, J. G. **O Liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

PREBISCH, R. **Keynes: uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

WILSON, E. **Rumo à estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.